

Editorial

A divisão estadual em regiões hidrográficas aprovada em 2006 pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI) resultou num desafio para a gestão: o estabelecimento de uma região territorialmente vasta e socialmente heterogênea, a Região Hidrográfica IX (RH-IX). A Região abrange as seguintes bacias hidrográficas: Bacia do Muriaé, Bacia do Pomba, Bacia do Pirapetinga, Bacia do Córrego do Novato e Adjacentes, Pequenas Bacias da Margem Esquerda do Paraíba do Sul, Bacia do Jacaré, Bacia do Campelo, Bacia do Cacimbas, Bacia do Muritiba, Bacia do Coutinho, Bacia do Grussaí, Bacia do Iquipari, Bacia do Açú, Bacia do Pau Fincado, Bacia do Nicolau, Bacia do Preto, Bacia do Preto Ururaí, Bacia do Pernambuco, Bacia do Córrego do Imbé, Bacia do Prata, Bacia do São Miguel, Bacia do Arrozal, Bacia da Ribeira, Bacia do Carapebus, Bacia do Macabu e Bacia do Imbé. Os rios Macabu e Imbé são os principais tributários da Lagoa Feia, que representa hoje a segunda maior lagoa de água doce do Brasil, com uma extensão de aproximadamente 170 km², reduzida a menos da metade da área ocupada no início do século XX, quando era então pouco inferior à da Baía de Guanabara, e superior à da Lagoa de Araruama. Outro desafio a superar é o equacionamento dos problemas da gestão das águas em uma região tão vasta como a RH-IX, com uma rede de cerca de 1300 km de canais; com uma diversidade enorme de problemas, e com uma demanda diária e constante de ações e intervenções tão plurais quanto a que existe na baixada campista; sem falar na heterogeneidade de atores e de conflitos pelo uso da água quando se consideram as Bacias dos Rios Macabu/Ururaí-Imbé/Lagoa Feia.

A RH-IX está em processo de eleição das instituições que irão compor a representação regional junto ao CEIVAP, bem como de constituição do Comitê do Médio Paraíba do Sul. O processo participativo, ora em curso, deveria propiciar a mediação das questões relacionadas à gestão dos recursos hídricos regionais, garantindo que a pluralidade de interesses dos seus atores sociais, bem como a resolução dos conflitos heterogêneos existentes, em sua vasta extensão territorial, sejam consideradas não só no âmbito do Organismo de Bacia Federal, mas também em nível estadual, por meio do Comitê, cuja

criação foi homologada no Conselho Estadual de Recursos Hídricos no final de 2008. Para tanto, a participação qualificada, a redução das assimetrias de linguagem e o acesso à informação sobre a questão ambiental e sobre os aspectos relacionados às políticas públicas de gestão de recursos hídricos são fundamentais.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense - IFF (nova institucionalidade que o CEFET Campos adquiriu a partir de 29 de dezembro de 2008), membro do Diretório Colegiado do Comitê das Bacias dos Rios Macaé e das Ostras, vêm realizando ações de capacitação e mobilização com representações da RH-VIII. Nesse sentido, com o apoio de recursos captados via projeto submetido à Chamada II do Edital MCT/CT-Hidro/ANA/CNPq nº 30-07, o IFF vem realizando o Curso de Capacitação e Mobilização de Representações do Norte-Noroeste Fluminense para Criação de Organismos de Bacia na Região Hidrográfica IX do Estado do Rio de Janeiro. O curso propôs-se a colaborar não só com a qualificação dos atores sociais da RH IX, mas também com a difusão dos pressupostos legais e do arcabouço teórico-conceitual relacionados à gestão participativa das águas, de modo a atender à demanda de capacitação regional de profissionais atuando em instituições públicas, em Organizações Não-Governamentais (ONGs), e em demais representações sociais envolvidas com a gestão de recursos hídricos do Norte-Noroeste Fluminense.

Por solicitação da então Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA-RJ), o curso de capacitação, originalmente proposto e desenhado apenas para as representações da RH-IX, teve seu público alvo ampliado, de forma a possibilitar a participação de profissionais e estudantes da área ambiental de outras regiões hidrográficas do Rio de Janeiro, com vistas a difundir as Políticas Públicas na área de Recursos Hídricos. Diante da impossibilidade de atender à SERLA, no tocante ao escopo ampliado solicitado para o curso, a equipe do IFF responsável pela coordenação do projeto decidiu dedicar assim esta edição do Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego para divulgar o material didático utilizado nas aulas, de forma a embasar os processos de gestão ambiental em informações científicas referentes à qualidade da água, às características de biodiversidade e qualidade ambiental dos ecossistemas locais, ressignificando, porém, o saber perito com o saber popular. Esperamos com isso colaborar na sensibilização da comunidade regional para a importância de preservar e recuperar os processos econômicos e

ecológicos das bacias hidrográficas do nosso estado para conquistas concretas de melhoria de qualidade de vida das populações residentes na bacia, bem como promover a divulgação da legislação ambiental como forma de prevenir a população contra as atividades impactantes e danosas ao meio ambiente, principalmente no que diz respeito à Política Nacional e à Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei Federal nº 9.433, de 08/01/97 e Lei Estadual nº 3.239 de 02/09/99).

